



FUNDO MUN DE SAUDE DE BOQUIM
PRACA DR JOSE MARIA PAIVA MELO Nº: 26, Bairro CENTRO
CEP: 49.360-000
11270608000152

001
CR

Solicitação de Despesa

SOLICITANTE	R. PREÇO	Não	TIPO	Ordinário	SITUAÇÃO	Em Análise
CENTRO DE CUSTO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOQUIM					SD Nº: 62/2021	
RESPONSÁVEL: ANA LIDIA NASCIMENTO DE BARROS					DATA: 15/01/2021	
CADASTRADO POR: Fabiana - Saúde					TOTAL: 1.320,00	

DOTAÇÃO

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 701	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO: 10	SAUDE
SUBFUNÇÃO: 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 7	PROMOCAO DA SAUDE HUMANIZADA
PROJETO/ATIVIDADE 2357	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID -19
CLASSIFICAÇÃO 3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
FONTE: 12149919	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio

OBJETO

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NO PERÍODO DE 20/01/2021 A 20/02/2021, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTES SANITÁRIOS.COM BASE DO DECRETO Nº289/2020 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.PRORROGA O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOQUIM, ESTADO DE SERGIPE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

JUSTIFICATIVA

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NO PERÍODO DE 20/01/2021 A 20/02/2021, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTES SANITÁRIOS.LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DESENVOLVENDO ATIVIDADES INERENTES NAS MEDIDAS PARA EVITAR A PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS, A AÇÃO VISA CONTER A PROPAGAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS E VAI COLOCAR EM MONITORAMENTO PESSOAS QUE APRESENTAM FEBRE OU OUTROS SINTOMAS DE SÍNDROME GRIPAL, COMO TOSSE PERSISTENTE. ESTÁ MEDINDO A TEMPERATURA DE MOTORISTA E PASSAGEIROS DOS VEÍCULOS QUE ADENTRAM A CIDADE, TAMBÉM ESTÁ SENDO REALIZADO A DESINFECÇÃO DOS CARROS.DADOS BANCÁRIOS CAIXA 4477 CONTA:000874155318-5.

FORNECEDOR

Nome: JUSSARA SANTOS TRINDADE

CNPJ/CPF: 01679188500

Endereço: POV ROMÃO

Compl.: CASA

Insc. Estadual:

Número: 39

Cidade: BOQUIM

Insc. Municipal:

Bairro: ZONA RURAL

Estado: SE

COD	PRODUTO/SERVIÇO	U.M.			TOTAL
1	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA FUNÇÃO DE AGENTES SANITÁRIOS. - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA FUNÇÃO DE AGENTES SANITÁRIOS.	ME	1,00	1.100,00	1.100,00
2	ADICIONAL INSALUBRIDADE DE 20% - ADICIONAL INSALUBRIDADE DE 20%	ME	1,00	220,00	220,00

Responsável:

Al
ANA LIDIA NASCIMENTO DE BARROS
SECRETÁRIA/GESTORA DO FUNDO DE SAÚDE

Ordenador:

[Signature]
ERALDO DE ANDRADE SANTOS
Prefeito Municipal

Essa despesa foi devidamente reservada

Autorizo a solicitação da despesa

[Signature]
VANESSA SILVA MACEDO
Controlador Municipal

002
CR



FUNDO MUN DE SAUDE DE BOQUIM
 PRACADR JOSE MARIA PAIVA MELO, 26, CENTRO
 CEP: 49.360-000
 CNPJ: 11.270.608/0001-52

Janeiro 2021

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

CONTA	FIXAÇÃO	ADIÇÃO	REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHO		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS	
					NO MÊS	ACUMULADO	NO MÊS	ACUMULADO	NO MÊS	ACUMULADO	A PAGAR	DISPONÍVEL
2 EXECUTIVO	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
7 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E BEM ESTAR	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
701 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID -19	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
10.122.0007.2357	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
3190040000 - 12149919	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
TOTAL DA DESPESA:	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.136,56
DESPESA CORRENTE:	0,00	58.136,56	0,00	58.136,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Jose Valmir dos Barros

116.567.785-72 - JOSÉ VALMIR DOS PASSOS CRC: 4111/SE

Barb
 001.324.195-80 - ANA LIDIA NASCIMENTO DE BARROS
 SECRETÁRIA/GESTORA DO FUNDO DE SAÚDE

Q

003
or



004
02

JUSTIFICATIVA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar da Prefeitura Municipal de Boquim, Estado de Sergipe, vem justificar 01 (um) contrato individual de trabalho por prazo determinado no período de 20/01/2021 a 20/02/2021 para atuar exclusivamente na Vigilância Epidemiológica do Município, na função de agentes sanitários, onde atuarão nas barreiras sanitárias que serão colocadas nas entradas do município, para o combate à disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19), fazendo a desinfecção dos carros, além da aferição da temperatura por meio de termômetro infravermelho, além da desinfecção dos prédios públicos, onde o principal objetivo da abordagem é de caráter educativo, tentando sensibilizar a população sobre os perigos desse novo vírus e a sua alta taxa de transmissibilidade.

Considerando que o Processo Seletivo Seriado (Edital 01/2019 - FMS) não houve inscrição para agentes sanitários da vigilância epidemiológica para atuar exclusivamente no combate a proliferação do Novo Coronavírus (COVID-19).


Considerando que diante da urgência na contratação de 01 (um) agente sanitário nessa época de pandemia na qual se faz necessária diante dos altos índices de positivados existentes no município, sendo como mais uma ferramenta efetiva no combate ao COVID-19,

Considerando que em dezembro de 2019, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China identificou um surto de doença respiratória em trabalhadores de um mercado de alimentos de Wuhan, capital da província de Hubei. Posteriormente, identificou-se como causador da doença um novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, posteriormente classificado como COVID-19. O vírus pertence à família Coronaviridae e provoca uma doença respiratória. A doença disseminou-se rapidamente na província de Hubei e, desde então, atingiu mais de 100 países dos cinco continentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia em 11 de março de 2020.

Considerando que em decorrência desta situação epidemiológica de escala global ocasionada pela infecção humana do novo Coronavírus, o Ministério da Saúde declarou que o Brasil entrou em situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e orientou que estados e municípios estejam preparados para uma possível chegada da doença em seus territórios.

Handwritten signature

003
02


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR


Considerando que no Município de Boquim, Estado de Sergipe, a taxa de avanço do Novo Coronavírus vem aumentando progressivamente, a contratação desses agentes sanitários para atuarem nessas barreiras sanitárias além de fazer o trabalho educativo como medida de conscientização da gravidade dessa doença e da alta taxa de transmissibilidade, e assim conscientizar a população sobre a importância do isolamento social e da higienização.

Considerando que em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em razão da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19), após reunião com especialistas. Naquele momento, havia 7,7 mil casos confirmados e 170 óbitos na China, principal local de disseminação do vírus, e 98 casos em outros 18 países.

Considerando que no Brasil, o Ministério da Saúde declarou, em 3 de fevereiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), por meio da Portaria MS n° 188, em conformidade com a normativa do Decreto n° 7.616, de 17 de novembro de 2011.

Considerando que até 1º de março de 2020, foram confirmados 87.137 casos do novo coronavírus em todo mundo. Do total de casos, 79.968 foram notificados na China, com 2.873 óbitos. Outros 7.169 casos foram notificados em 58 países, com 104 óbitos. No Brasil, dados atualizados em 17/03/2020 pelo site <http://plataforma.saude.gov.br/novocoronavirus/>, foram confirmados 234 casos e 2.064 casos suspeitos, sendo que no estado do Rio de Janeiro são 31 casos confirmados.

Considerando que em âmbito nacional, foi publicada a Lei Federal n° 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do "coronavírus", como também, publicado o Decreto Federal n° 10.212, de 30 de janeiro de 2020, e as Portarias n° 188, de 3 de fevereiro de 2020, e 356, de 11 de março de 2020, ambas do Ministério da Saúde, que dispõe, respectivamente, sobre a Declaração de Emergência em Saúde pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR

006
ep

Considerando que em seu artigo 9º, especificadamente em seu parágrafo 7º, o qual a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar poderá, de acordo com sua necessidade, contratar profissionais da área da saúde, por prazo determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.

Considerando o Decreto Legislativo nº 04/2020 de 08 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial nº 28.411, de 15/04/2020, que reconhece para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar (Federal) nº 101, de 04 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, no âmbito do Município de Boquim, nos termos da solicitação do Prefeito Municipal, encaminhada por meio do ofício nº 86/2020, de 30 de março de 2020.

Considerando que nesse momento a contratação desses profissionais na área da saúde atende aos preceitos constitucionais da prestação dos serviços de assistência à saúde, pela previsão do art. 197 da Constituição Federal, a permitir que a Administração Pública, dentro da sua obrigação de prestar esses serviços, valha-se de sua execução ser feita diretamente por pessoa física.

Diante do exposto, solicitamos adoção das providências necessárias dando efetividade às contratações temporárias para que se dê início às atividades inerentes, em caráter de urgência, dada a situação fática assentada nesta justificativa.

Atenciosamente,

Boquim/SE, 15 de janeiro de 2021.

Ana Lidia Nascimento de Barros

Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE SERGIPE
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENDES"

POLEGAR DIREITO

Jussara Santos Trindade

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2049237 -5 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 21/03/2009

NOME JUSSARA SANTOS TRINDADE

FILIAÇÃO JOSE MARTINS DA TRINDADE MARIA IZABEL DOS SANTOS

NATALIDADE ARACAJU-SE DATA DE NASCIMENTO 28/01/1982

DOC ORIGEM CERTIDAO DE NASCIMENTO NR 10483 LV A-40 FL 12TV
 CART DO 3 OF DO DIST E COMARCA DE BOQUIM/SE

CPF 016.791.895-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Jussara Santos Trindade

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR JUSSARA SANTOS TRINDADE

DATA DE NASCIMENTO 28/01/1982 Nº INSCRIÇÃO 0191 9447 2119 ZONA 004 SEÇÃO 0128

MUNICÍPIO / UF BOQUIM/SE DATA DE EMISSÃO 08/08/2011

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

007
 EP

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
 ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

JUSSARA SANTOS TRINDADE

Inscrição: 0191 9447 2119
 UF: SE Zona: 0004 Seção: 0128

99917-9802

TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

ESTA CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

127.79146.76-3

NÚMERO

1643396

SÉRIE

001-0

UF

SE

Jussara Santos Trindade

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



008
02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

02

NOME JUSSARA SANTOS TRINDADE

LOC. DE NASC. ARACAJU

FILIAÇÃO JOSE MARTINS DA TRINDADE

..... MARIA ISABEL DOS SANTOS

DOC. APRESENTADO CERTNASCNº10483FLS127CARTDEBOQUIM

ESTADO CIVIL SOLTEIRO

IB Nº 5.049, DE 10 DE MAIO DE 1955.

RG CNH CPF ZONA DATA

T. ELEITOR SEÇÃO

NATURALIZADO PORT. M. I. Nº LOCAL DA EMISSÃO PM - BOQUIM

..... *Jussara Santos Trindade*

02/09/2002 ASSINATURA E CARIMBO DO EMISSOR

DATA DA EMISSÃO

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE PARA DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MOTIVO

L E G E N D A

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO

B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

009
CP



Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, 314-Centro Estância/SE
CEP: 49200-000 CNPJ: 13.255.658.0001-96

www.sulgipe.com.br

☎ 0800-284-9909

FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

UC / DV

77290 / 9

JOSEFA FRANCO SANTOS

POV ROMAO, 39,
POV ROMAO - Boquim/SE - 49.360-000

Medidor: 3258017 - M

Mês de Referência	Consumo kWh	Vencimento	Valor R\$
11/2020	94	08/12/2020	80,22

DADOS CADASTRAIS	DADOS DE FATURAMENTO
Tarifa Convencional	Emissão: 24/11/2020
CNPJ/CPF: 744 080 625-53	Mês/Ano Faturamento: 11/2020
Grupo/Subgrupo B - B1 Ligação Monofásico	Leitura atual: (24/11/2020) 35442
Classe: RESIDENCIAL - RESIDENCIAL NORMAL	Leitura anterior: (22/10/2020) 35348
Tensão de Fornecimento (V) 127	Proxima leitura: 22/12/2020
Limites adequados de Tensão (V) 117 a 133	Consumo Medido (kWh): 94
LIMITES DAS TENSÕES DE FORNECIMENTO CONFORME ANEXO I DO MÓDULO 8 DO PRODIST	Consumo Diário (kWh): 2,84
CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 077290	Dias de Consumo: 33
	Ocorrência do Mês: Lido
	Média kWh últimos 12 meses: 64

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh	IDENTIFICAÇÃO
Mês/Ano Consumo Obs. Pagamento Valor R\$	Nota Fiscal / Série:
11/2020 94 Lido Em aberto 80,22	02 036 8002 007476 06 04 018.928 / B
10/2020 76 Lido Em aberto 65,54	Local de Entrega: 1
09/2020 49 Lido 09/10/20	COMPOSIÇÃO DA FATURA - R\$
08/2020 64 Lido 08/09/20	(Art.31, resolução 166/2005 - ANEEL)
07/2020 46 Lido 08/09/20	Energia: 33,37% 26,77
06/2020 55 Lido 08/07/20	Distribuição: 28,58% 22,93
05/2020 56 Lido 10/06/20	Transmissão: 5,81% 4,66
04/2020 50 Lido 11/05/20	Encargos Setoriais: 4,71% 3,78
03/2020 79 Lido 07/04/20	Tributos: 27,45% 22,02
02/2020 67 Lido 09/03/20	Perdas: 0,07% 0,06
01/2020 66 Lido 07/02/20	Outros: 0,00% 0,00
12/2019 79 Lido 08/01/20	TOTAL: 80,22
11/2019 80 Lido 11/12/19	

ITENS FATURADOS	REAVISO DE FATURA VENCIDA
Descrição Qtde. Vi. Unit. Valor(R\$)	Informamos que ate o momento nao registramos o pagamento do(s) débito(s) relacionado(s) abaixo:
Consumo de energia 94 x 0,81922 = 58,20	
CONSUMO 20,05	
ICMS 0,34	MÊS/ANO VALOR
PIS 1,63	10/2020 R\$ 65,54
COFINS	

TOTAL A PAGAR R\$ 80,22

TRIBUTOS	Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)	DADOS TECNICOS
(incluídos no valor total)	80,22	25,00	20,05	Inst. transformadora...: 1020187
ICMS	80,17	0,58	0,34	Número do medidor...: 3258017
PIS/PASEP	80,17	2,70	1,63	Fator de multiplicação: 1,000
COFINS				Tipo de ligação.....: Monofásico

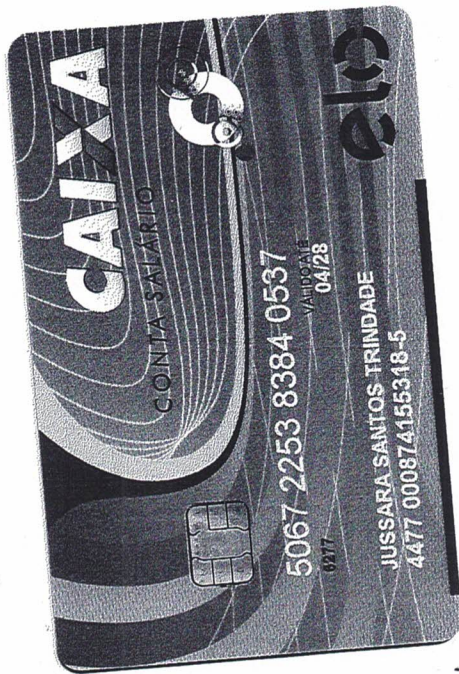
INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Conjunto: ARAUA	Referência: 09/2020	MENSAL	TRIMESTRAL ANUAL
EUSD: 18,21		MEÇA DIC 11,30	22,61 45,22
O consumidor tem o direito de solicitar à distribuidora a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.		APUR DIC 0,00	0,80 0,00
O consumidor tem direito de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora, para apuração mensal, tr. e anual.		META FIC 7,67	15,34 30,69
		APUR FIC 0,00	2,00 0,00
		META DMIC 6,19	
		APUR DMIC 0,00	

RESERVADO AO FISCO: 3372.15D2.0BBF.C0A3.E7E6.236F.43CD.D26D

ResAneel2687/20 Ajuste -2,10%, vigência 22/05/2020

MENSAGEM

010
02



011
CP



ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO LOURIVAL BAPTISTA
ATO DE RECONHECIMENTO RESOLUÇÃO Nº 33/2009/CMEB
PRACA JOSE FONTES DE FARIAS, BOQUIM/ Sergipe - CEP: 49360000
CÓDIGO DO INEP: 28022386

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **JUSSARA SANTOS TRINDADÉ**, filha de **JOSÉ MARTINS DA TRINDADE** e **MÁRIA IZABEL DOS SANTOS**, nascido em 28/01/1982 na cidade de **ARACAJU**, matriculou-se no(a) **ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO LOURIVAL BAPTISTA** no ano de 2004, no 6ª Série do Ensino Fundamental, onde a mesma:

- () está frequentando normalmente
- () cancelou a matrícula
- (X) abandonou os estudos
- () foi reprovado (a)
- () foi aprovado (a)
- () solicitou transferência
- () prazo de expedição do documento 60 dias.

BOQUIM (SE), 31 de Agosto de 2020.

p/ Carlos Henrique Oliveira Cardoso

Tanniara Santos Furtunato

Tanniara Santos Furtunato

Decre. 33/2009
01.07.2017

Curriculum

012
02

DADOS PESSOAIS

Nome: Jussara Santos Trindade
Telefone: (79) 99917-9802
Endereço: Tv I, Povoado Romão, nº 04
CEP: 49.360-000
Cidade: Boquim/SE
Data de Nascimento: 28/01/1982
Sexo: Feminino
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira

DOCUMENTAÇÃO

- Documentação Completa e Analisada para uma eventual contratação.

FORMAÇÃO ESCOLAR

- Ensino Fundamental Completo

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- Em busca da primeira oportunidade

OBJETIVO

- Pretendo dar o melhor de mim, com responsabilidade, compromisso e interesse, e pontualidade, desenvolvendo com excelência o cargo a que me for atribuído, contribuindo assim, para meu crescimento profissional e pessoal.

Jussara Santos Trindade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PESSOAS
"INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENDES"



POLÍCIA OBRATEL



Marcelly Trindade Franco
dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.105.227-5 1.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 26/03/2015

NOME
MARCELY TRINDADE FRANCO DOS SANTOS

FILIAÇÃO
MARCELO FRANCO DOS SANTOS
JUSSARA SANTOS TRINDADE

NATURALIDADE
ESTANCIA-SE

DOC ORIGEM CT. NASCIM. NR 28495 LV A68 PL 221
CART 3.0F DIST COM BOQUIM/SE

DATA DE NASCIMENTO
26/09/2007

CPF

EVERETT FERREIRA DA SILVA
Diretor de Assessoramento Jurídico

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

013
Q



014
ep

REGISTROS CIVIS BOQUIM - 3 OFÍCIO

Pq. Cítrica Gov. João Alves Filho, S/N - CEP49360-000

Telefax: 3645-1138

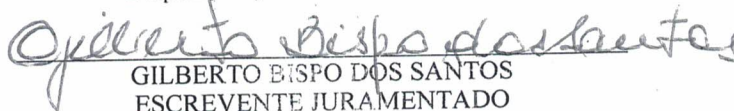
**Gilberto Bispo dos Santos
ESCREVENTE JURAMENTADO
BOQUIM - SERGIPE**

CERTIDÃO DE NASCIMENTO n.º 28495

Livro n.º A- 68 Folha n.º 221

Certifico e dou fé que se acha registrado neste Ofício, no livro de Registros de Nascimento número A-68, folha 221, sob número 28495, o assento de nascimento de **MARCELY TRINDADE FRANCO DOS SANTOS**, nascido(a) no dia vinte e seis (26) do mês de Setembro (09) do ano de dois mil e sete (2007), na Maternidade Amparo de Maria, ESTANCIA, SE ,às 15 hora(s) e 33 minuto(s), do sexo Feminino, sendo filho(a) de **MARCELO FRANCO DOS SANTOS**, lavrador, natural de SANTOS/SP e **JUSSÁRA SANTOS TRINDADE**, lavradeira, natural de ARACAJU/SE . São avós paternos: **Manoel Messias dos Santos** e **Josefa Franco dos Santos** e avós maternos: **José Martins da Trindade** e **Maria Izabel dos Santos**. Apresentou Certidão de Nascimento n° 112.366, fls. 150-V, Livro A-108 do Cartório de Registro Civil do 2º Subdistrito da Comarca de Santos-SP; dela, Certidão de Nascimento n° 10.483, fls. 127, Livro A-40, deste Cartório Tendo sido declarante **MARCELO FRANCO DOS SANTOS**. Foram testemunhas **DISPENSADAS NA FORMA DA LEI**. O assento foi lavrado em 10 de Outubro de 2007. O referido é verdade e dou fé.

Boquim, SE, 10 de Outubro de 2007.


GILBERTO BISPO DOS SANTOS
ESCREVENTE JURAMENTADO

"ISENTO DO PAGAMENTO DE EMOLUMENTOS E SELO DE AUTENTICIDADE, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 4º DO ART. 18 DA PORTARIA N° 003 GP1, de 04 de janeiro de 2000".

São Direitos Constitucionais da Criança

Ser amamentada.

Ser bem alimentada, vacinada
e receber acompanhamento do
crescimento e do desenvolvimento.

Contar com bons serviços de saúde,
boas creches e pré-escolas.

Viver em lugar saudável,
ter oportunidade de brincar
e aprender.

Receber afeto e viver
sem violência.

Ser acompanhada pela mãe
nos serviços de saúde.

Todos devem ajudar a garantir esses direitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
A SAÚDE É UM BEM COMUM



Secretaria
de Projetos
Especiais



Cartão da Criança

Nome da criança
Marcelly Trindade Fronco dos Santos

Nome da mãe
Juarez Santos Trindade

Nome do pai
Marcos Francisco dos Santos

Endereço
Rua: Pumas

Cidade/Estado
Boquim - SE

Telefone

CEP

Local de referência
MATERIDADE AMPARO DE INFÂNCIA

Data de nascimento
06/09/2007

Local
ESTÂNCIA - SERGIPE

Comprimento (cm)
09

Peso em (gramas)
3100

Perímetro cefálico (cm)
10

Apagar 5
10

Tipo de parto
 Normal Forceps Cesárea

Observações
Nº 40878750

015
02

010
00

VACINAS OBRIGATORIAS NO CASO DE VIDA		Contra		Outras Vacinas	
Anti-Polio	DPT (Triple)	Contra Hepatite B	BCG	Contra Sarampo	Contra Febre-Amarela
1ª dose Data/Rubrica 26/11/07 Shapiro	2ª dose Data/Rubrica 26/11/07 Shapiro	HEPATITE B Lote: 21021001 Data/Rubrica 26/11/07 Shapiro	BCG - 10 Lote: 21021001 Data/Rubrica 26/11/07 Shapiro	15/10/08 08/21/08 Data/Rubrica 26/11/07 Shapiro	C. Polio 05/05/08 Data/Rubrica 26/11/07 Shapiro
2ª dose Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI Shapiro	3ª dose Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI Shapiro	HEPATITE B Lote: 21021001 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI Shapiro	HPD 12/02/08 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI Shapiro	SAC 12/02/08 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI Shapiro	C. Polio Lote: 21021001 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI Shapiro
Reforço Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI 55A	3ª dose Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI 55A	HEPATITE B Lote: 21021001 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI 55A	HPD 12/02/08 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI 55A	SAC 12/02/08 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI 55A	C. Polio Lote: 21021001 Data/Rubrica 02/03/08 POLETTI 55A

Procure o serviço de saúde para acompanhar a saúde do seu filho(a) e sempre que ele ficar doente. Lave sempre este cartão e peça que ele ficar preenchido.

Documento válido em todo o Território Nacional como comprovante de vacinação. Não pode ser retido.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMPANHIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"



QUILATE 0,8000000000000000



NAO ASSINA

CARTEIRA DE IDENTIDADE
Completar

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.105.228-3 1.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 26/03/2015

NOME
MARCELA TRINDADE FRANCO DOS SANTOS

FILIAÇÃO
MARCELO FRANCO DOS SANTOS
JUSSARA SANTOS TRINDADE

NATURALIDADE
ESTANCIA-SE

DATA DE NASCIMENTO
30/12/2008

DOC ORIGEM CT. NASCIM. NR 29027 LV A70 FL 153
CART 2.0F DIST COM BOQUIM/SE

CPF

LEI Nº 7116 DE 29/09/68

017
ae



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
FORUM HERMES FONTES - 3645 - 1138
CEP 49360-000 - BOQUIM - SE

REGISTROS CIVIS - 2º Ofício da Comarca de Boquim
Fórum Hermes Fontes, s/n

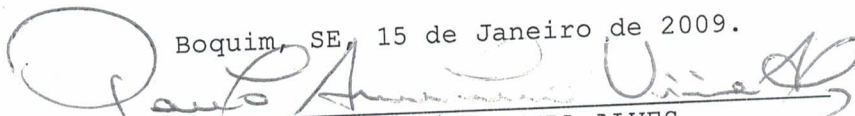
BOQUIM-SE

018
CR

CERTIDÃO DE NASCIMENTO n.º 29027
Livro n.º A - 70 Folha n.º 153

Certifico e dou fé que se acha registrado neste Ofício, no livro de Registro de Nascimento A-70 sob número 29027, folha 153, o assento de nascimento de **MARCELA TRINDADE FRANCO DOS SANTOS**, nascido(a) no dia **trinta (30) do mês de Dezembro (12) do ano de dois mil e oito (2008)**, NA MATERNIDADE AMPARO DE MARIA, ESTANCIA-SE, às 14 hora(s) e 30 minuto(s), do sexo FEMININO, sendo filho(a) de **MARCELO FRANCO DOS SANTOS**, natural de SANTOS-SP e de **JUSSARA SANTOS TRINDADE**, natural de ARACAJU-SE. São avós paternos: **MANOEL MESSIAS DOS SANTOS** e **JOSEFA FRANCO DOS SANTOS** e avós maternos **JOSÉ MARTINS DA TRINDADE** e **MARIA ISABEL DOS SANTOS**. Tendo sido declarante **MARCELO FRANCO DOS SANTOS**. Foram testemunhas: DISPENSADAS NA FORMA DA LEI. O assento foi lavrado em 15 de Janeiro de 2009. O referido é verdade e dou fé.

Boquim, SE, 15 de Janeiro de 2009.


PAULO ANSELMO VIEIRA ALVES
ESCREVENTE SUBSTITUTO

Doses/ Vacinas	BCG	Hepatite B	Anti-polio	Tetravalente DTP + Hib	Rotavírus	Triplice viral
1ª Dose	Data: 31/12/08 Lote: 081009 Unid.: 081006 Ass.: [assinatura]	Data: 31/12/08 Lote: 081083 Unid.: 081006 Ass.: [assinatura]	Data: 30/3/09 Lote: 55 Unid.: Ass.: Silma	Data: 16/3/09 Lote: 07920582 Unid.: VLE Ass.: Silma	Data: 6/3/09 Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]
2ª Dose	Data: 30/06/09 Lote: 0809131 Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: 31/01/09 Lote: [illegible] Unid.: Ass.: Danielle	Data: 12/05/09 Lote: 079412 Unid.: Ass.: Danielle	Data: 12/05/09 Lote: 0832600 Unid.: Ass.: Danielle	Data: 12/05/09 Lote: [illegible] Unid.: Ass.: Danielle	Data: 09/13 Lote: 18514022 Unid.: PSF09 Ass.: Rêu. e. Alu
3ª Dose	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: Silma	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: Silma	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: Silma	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: VLE Ass.: Silma	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: 13/06/2003 Lote: 10630123 Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]
1ª Dose ou Reforço	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: 11/01/10 Lote: 03A Unid.: Ass.: Danielle	Data: 11/01/10 Lote: 0904061 Unid.: Ass.: Danielle	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]
2ª Dose ou Reforço	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: 13/05/13 Lote: 4005042 Unid.: PSF09 Ass.: Rêu.	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]	Data: [illegible] Lote: [illegible] Unid.: [illegible] Ass.: [illegible]

Outras vacinas

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: HPV
Data: 12/02/20
Lote: 180200
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: HPV
Data: 12/02/20
Lote: 180200
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: 06/05/09
Lote: 086688
Unid.: PSF09
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: 10/05/11
Lote: 102734
Unid.: PSF09
Ass.: [illegible]

Vacina: Polio
Data: 22/01/11
Lote: 102729
Unid.: [illegible]
Ass.: Márcia

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Campanhas

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: 12/06/13
Lote: 100907000
Unid.: PSF09
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: 22/08/14
Lote: 115140208
Unid.: [illegible]
Ass.: Te Márcia

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

Vacina: [illegible]
Data: [illegible]
Lote: [illegible]
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

020
AR
Data: 09/13
Lote: 18514022
Unid.: PSF09
Ass.: Rêu.
e. Alu
13/06/2003
Lote: 10630123
Unid.: [illegible]
Ass.: [illegible]

021
02

PARECER Nº106/2021 – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL

EMENTA:

Análise técnica. Contratação temporária de pessoal. Interesse público.

PROCESSO: Nº 056/2021- FMS/PMB.

OBJETO: Contrato temporário para exercer as atividades de Agente Sanitário

CONTRATADO: JUSSARA SANTOS TRINDADE

VALOR MENSAL: R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais)

VALOR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: R\$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais)

VALOR TOTAL: R\$ 1.320,00 (Um mil, trezentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 20/01/2021 à 20/02/2021

SOLICITANTE: Fundo Municipal de Saúde

O Fundo Municipal de Saúde, desta Prefeitura de Boquim/SE, encaminhou ao Departamento de Controle Interno, através da **SD – Solicitação de Despesa nº 62/2021**, para emissão de Parecer Técnico o procedimento de Contratação Temporária de pessoal, conforme ementa.

I – Das Considerações Iniciais

Esta é uma análise análoga ao inciso VI do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, que trata da juntada ao procedimento pareceres jurídicos ou técnicos sobre a licitação.

Ressalte-se que o pedido de parecer leva a crer que a opinião solicitada tem cunho meramente técnico sobre o procedimento, não cabendo a este Órgão de Controle opinar sobre aspectos administrativos e jurídicos, o que sugerimos direcionamento ao órgão competente.

II – Da Dotação Orçamentária

Herbáido

O Departamento Municipal de Controle Interno ratifica a dotação orçamentária informada na Solicitação de Despesa acostada aos autos.

No mais, recomendo que a Secretaria solicitante verifique os dispositivos constitucionais e legais que tratam do comprometimento do saldo orçamentário da dotação especificada em função do cronograma de execução para o exercício financeiro atual, com base nas legislações abaixo transcritas:

Constituição Federal de 1988:

Art. 167. São vedados:

[...]

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 16 - [...]

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

[...]

III - Da publicidade dos atos

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, aloca como um dos princípios basilares da Administração Pública a PUBLICIDADE. Tal referência

aponta para a necessidade de que os atos administrativos sejam expostos, residindo na premissa dos agentes públicos não praticarem seu mister para satisfação pessoal, mas sim tão somente do interesse público.

Considerando que a referida Lei n. 13.979/20 trouxe importante regra para assegurar a necessária publicidade e transparência nos gastos públicos, ao prever, em seu art. 4º, §2º, que segue:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

[...]

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Considerando o Ato nº 23/2020 da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe dispõe sobre a disponibilização das informações de despesa via SAGRES, sem prejuízo de divulgação no Portal da Transparência do ente, no prazo de 24 horas para atender a urgência de contratação existente no momento atual tornam ainda mais relevante a devida publicidade aos gastos públicos, senão vejamos:

Art. 1º Acrescentar o artigo 1º-A ao Ato da Presidência nº 19/2020, com a seguinte redação:

024
or

“Art. 1º-A Os poderes e órgãos municipais elencados no art. 5º da Lei Complementar n. 205, de 2011, bem como as empresas estatais independentes, constantes do Orçamento de Investimento do Estado, as fundações públicas não inseridas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e o Poder Judiciário **devem disponibilizar, por meio do Sistema de Acompanhamento de Gestão de Recursos da Sociedade – SAGRES, no módulo “licitações”, categoria “dispensa”, em até 24 horas após a ratificação do procedimento e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, abrangendo as informações exigidas pelo art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, pelo art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011, pelos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e pelo art. 24, inciso IV da Lei n. 8.666/93 relativas aos gastos públicos que tenham por objeto as ações de prevenção e combate ao coronavírus (inclusive inserindo os gastos já realizados).**”

§1º O prazo para envio de dados e informações relacionados aos procedimentos já formalizados será de 48 horas após a publicação deste Ato.

§2º A não observância do disposto no “caput” e §1º sujeitará o responsável às sanções do artigo 118, II do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, após cumprido o devido processo legal na esfera de controle externo, seguindo o disposto no art. 1º, §3º, I da Lei Complementar Estadual n. 205, de 2011.

§3º O disposto neste artigo não afasta o dever de disponibilização imediata, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), dos dados e informações de que trata o §2º da Lei n. 13.979, de 2020.

§4º As obrigações de que tratam o “caput” e o §1º, em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, bem como Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, além de Fundos, Órgãos e Entidades da administração pública estadual direta e indireta, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, continuarão sendo prestadas via i-Gesp – Sistema de Gestão Pública Integrado, nos mesmos prazos fixados no caput e no § 1º **(grifo nosso)**

Assinado

IV - Da Base legal e recomendações

Vê-se que a sustentação da contratação direta via dispensa de licitação, está sustentada no art. 4º da Lei Federal nº 13979/2020 que autoriza excepcionalmente a contratação direta, acaso não seja possível o procedimento licitatório, abaixo transcrito:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

[...]

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação de que trata o **caput**, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade, o sistema de registro de preços, de que trata o inciso II do caput do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderá ser utilizado. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

§ 5º Na hipótese de inexistência de regulamento específico, o ente federativo poderá aplicar o regulamento federal sobre registro de preços. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

§ 6º O órgão ou entidade gerenciador da compra estabelecerá prazo, contado da data de divulgação da intenção de registro de preço, entre dois e quatro dias úteis, para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do sistema de registro de preços nos termos do disposto no § 4º e no § 5º. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o **caput** do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico

simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Considerando que a contratação temporária está autorizada via Constituição Federal em seu art. 37, IX, para os casos excepcionais, com tempo de duração razoável, mediante aprovação em Lei específica enquanto não se abre Concurso Público (disposto no art. 37, II, da CF 88), senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a **necessidade temporária de excepcional** interesse público; **(grifo nosso)**

Frise-se que a Secretaria solicitante realize a contratação mediante a apresentação de justificativa do valor a ser dispendido juntando comprovantes, conforme analogia ao art. 26 da LLCA, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

[...]

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço. (grifei)

Ademais a secretaria solicitante deverá justificar a contratação temporária que não está contemplada via Processo Seletivo Simplificado em vigência elencando os motivos da contratação em tela em detrimento de candidato classificado no PSS em questão.

V – Do Trâmite do Procedimento Licitatório

No dia **15 de Janeiro de 2021** a Secretaria solicitante confeccionou a **solicitação de despesa nº 62/2021** contendo em anexo:

- Documentos pessoais (RG,CPF, carteira de trabalho com inscrição no PIS/PASEP, comprovante de residência, título de eleitor, comprovante da última votação, dados bancários, 2 fotos 3x4)
- Certidão de nascimento das filhas ;
- Certificado de escolaridade;
- Justificativa da secretaria;
- Demonstrativo da despesa orçamentária.

Ressalte-se que antes da assinatura do termo contratual deverá ser analisado se o cargo e a remuneração estão de acordo com a **LEI de Plano de**

Cargos e Salários do Município, além de toda documentação exigida como sendo necessários para a concretização do procedimento. Verifica-se neste caso que falta os seguintes documentos:

- Declaração de acúmulo de cargos/função;
- Declaração de parentesco;
- Currículo, telefone para contato;
- Certidão de antecedentes criminais;
- Certidão de nascimento ou casamento;

VI – Da Fiscalização e Controle

Além de observadas as cláusulas contratuais que tratam das obrigações e fiscalização, chamamos a atenção para a figura do **fiscal e gestor** contratual, estes responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e possível aplicação de sanções, conforme o teor do art. 67 da LLCA a seguir transcrito:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada** por um representante da Administração **especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As **decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores** em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. **(grifei)**

Dessa forma para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual pela secretaria solicitante deverá conter em todos os procedimentos de

030
02

contratação temporária junto ao Departamento de Recursos Humanos a respectiva "folha de frequência", capaz de respaldar no pagamento da remuneração mensal.


Sem prejuízo de outros relatórios que demonstrem a execução do serviço.

VII - Da análise e conclusão

Ante o exposto, considerando todo o procedimento ora em análise, o Departamento Municipal de Controle Interno opina **favoravelmente** pelo prosseguimento do feito, observadas as recomendações encimadas, devendo ser remetido a Procuradoria Geral do Município para emissão de orientação jurídica e análise da minuta do termo contratual e posteriormente encaminhamento à autoridade superior competente para autorizar ou não o termo de contratual e referida emissão de nota de empenho.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Boquim/SE, 15 de Janeiro de 2021


Vanessa Silva Macêdo
Controladora Municipal
Decreto nº 010/2021



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

031
CR

PARECER JURÍDICO Nº 358/2021

INTERESSADO: Departamento de Recursos Humanos.

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Contratação, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, e Lei Federal 13.979/2020.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. LEGALIDADE. ART. 37, IX, DA CF. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO COVID-19. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020, DE 06/02/2020.

Trata-se de pleito oriundo do Departamento de Recursos, conforme Memorando Interno nº 016/2021, de 15/01/2021, para fins de emissão de análise e parecer jurídico, quanto aos aspectos jurídico-formais do **Contrato nº 056/2021** celebrado entre o **MUNICÍPIO DE BOQUIM**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, e **JUSSARA SANTOS TRINDADE**, na função de **AGENTE SANITÁRIO** junto a Secretaria Municipal de Saúde, para desenvolver atividades no enfrentamento do COVID-19.

O ajuste celebrado tem vigência no período compreendido entre 20/01/2021 e 20/02/2021, valor total de R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais).

Com os autos vieram os seguintes documentos: memorando interno nº 016/2021, de 15/01/2021, do Departamento de Recursos Humanos; Termo de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, Edital de publicação; **Parecer nº 106/2021** do Controle Interno; **SD nº 62/2021, valor de R\$ 1.320,00 de 15/01/2021**; Justificativa da contratação; Demonstrativo da Despesa Orçamentária, documentos pessoais do contratado.

É o breve relatório. Opinamos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, ficando a investidura em cargo ou emprego público condicionada, como regra geral, à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego (art. 37, I e II).

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, **“o concurso público é o instrumento que melhor representa o sistema do mérito, porque traduz um certame de que todos podem participar nas mesmas condições, permitindo que sejam escolhidos realmente os melhores candidatos”**.

Por esta razão, afirma o autor, com o costumeiro acerto que lhe é característico, que **“o alcance da exigência deve ser o mais amplo possível, de modo que pode se considerar que a exigência da aprovação em concurso se configura como a regra geral”**.



032
CR

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Pois bem. Embora a prévia aprovação em concurso público se afigure como regra geral no recrutamento de servidores públicos, o próprio texto constitucional estabelece algumas hipóteses excepcionais em que o procedimento concursal é dispensado, merecendo especial destaque, no caso vertente, a contratação temporária prevista no art. 37, IX, da CF, segundo o qual **“a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”**.

Nesse sentido, impende analisar os pressupostos/requisitos estabelecidos pelo Poder Constituinte para que se repute legítima a utilização da contratação temporária.

Da leitura do preceito constitucional disciplinador do instituto (art. 37, XI, CF) é possível extrair que não há uniformidade doutrinária e jurisprudencial a respeito do sentido e do alcance da necessidade temporária de excepcional interesse público. Alguns autores entendem que a temporariedade diz respeito à própria função ou atividade a ser desempenhada, razão pela qual, segundo esta corrente, não seria lícita a admissão de servidores temporários para o exercício de funções permanentes da Administração Pública.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal vem admitindo a forma de contratação ora examinada tanto nos casos em que a atividade a ser desempenhada seja temporária/eventual, quanto naqueles em que é ela permanente/contínua (ADI 3068).

Com efeito, nos termos do voto proferido pela Ministra Carmen Lúcia no bojo da ADI 3116, **“poderia haver contratação para atender a necessidades temporárias de uma atividade que pode ou não ser permanente e própria do órgão. O que deve ser temporária é a necessidade e não a atividade”** (ADI 3116, Relatora: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 14/04/2011).

A contratação por prazo determinado, por expressa determinação constitucional, deve ser feita por prazo determinado, ao contrário do que ocorre com os servidores estatutários e celetistas, cuja admissão normalmente se faz com indeterminação temporal.

No caso específico, a contratação se dá pela necessidade da contratada **JUSSARA SANTOS TRINDADE** desenvolver suas atividades no enfrentamento da emergência do COVID-19 na função de **AGENTE SANITÁRIO**, ao amparo da Lei Federal 13.979/2020, de 06/02/2020, **“que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.”**

Desse modo, tecidas estas considerações gerais a respeito dos pressupostos jurídicos da contratação temporária, registramos que, no caso concreto, ora submetido ao crivo desta Procuradoria, fizemos o confronto dos atos de admissão de pessoal praticados pela Administração Pública com os parâmetros normativos acima delineados.

Vê-se, pois, que o Município de Boquim pretende contratar temporariamente, com fundamento no art. 37, inciso IX, da CF, e Lei Federal 13.979/2020, de 06/02/2020, **JUSSARA SANTOS TRINDADE**, para desenvolver suas atividades profissionais no enfrentamento da emergência do COVID-19.



033
02

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Assim, considerando as disposições da citada Lei Federal 13.979/2020 e art. 37, inciso IX, da Constitucional Federal, as informações e justificativa prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar, bem como o lastro documental probatório residente nos autos, esta Procuradoria manifesta sua concordância quanto a possibilidade de contratação temporária de **JUSSARA SANTOS TRINDADE**, para exercer as atividades de **AGENTE SANITÁRIO** no enfrentamento da emergência do COVID-19 (Coronavírus).

Boquim/SE, 15 de Janeiro de 2021.

Marcelo de Jesus Santos
Procurador Geral
Decreto nº 199/2020
OAB/SE 5569



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL BOQUIM**

034
af

CONTRATO Nº 056/2021-FMS/PMB

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS POR TEMPO
DETERMINADO, QUE FAZEM O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE E O(A) SR(A)
JUSSARA SANTOS TRINDADE.**

Os signatários deste instrumento, de um lado, o Município de Boquim, do Estado de Sergipe, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Dr. José Maria Paiva Melo, 26, CNPJ nº 11.270.608/0001-52, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo seu titular a Sr.^a **ANA LIDIA NASCIMENTO DE BARROS**, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 001.324.195-80, e RG. nº 1.225.473 SSP/SE, domiciliado(a) Av. Canal, 1697, Ap.306, Bl. Portal da Aruana, Aracaju/SE, CEP: 49.000-000, e de outro lado, o (a) Sr.(a) **JUSSARA SANTOS TRINDADE**, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 016.791.885-00, RG Nº 2.049.237-5 SSP/SE, residente e domiciliado(a) no Pov. Romão, 39, Boquim/SE, CEP: 49.360-000, daqui por diante designado(a) **CONTRATADO(A)**, resolveram celebrar o presente Contrato, nos termos das cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços por parte do(a) Contratado(a), na função de **AGENTE SANITÁRIO**, junto a Secretaria Municipal de Saúde, neste município, desenvolvendo suas atividades, no enfrentamento da emergência do COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CARGA HORÁRIA

O(a) Contratado(a) exercerá as atividades de Agente Sanitário, neste Município, com carga horária de 40hs semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Pela execução dos serviços constantes neste instrumento, o Contratante pagará mensalmente ao Contratado(a), a importância mensal de:

Agente Sanitário	Mês	01	1.100,00	1.100,00
Insalubridade de 20%	Mês	01	220,00	220,00
Total				1.320,00

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

Este contrato vigorará a partir de 20 de janeiro com vigência a 20 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 07.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 10- SAÚDE
- 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL
- 0007- PROMOÇÃO DA SAÚDE HUMANIZADA
- 2357- ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19
- 3190.04.00- CONTRATAÇÃO POR TERMPO DETERMINADO
- 12149919- TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL-BLOCO DE CUSTEIO

Jussara

Paul



035
02

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL BOQUIM**

CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

Este Contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 13.979/2020, Decreto Federal nº 10.212 de 30/06/2020, Portarias nºs 118, de 03/02/2020 e nº 356 de 11/03/2020, ambas do Ministério da Saúde, bem, como Decreto Municipal 130, de 22 de abril de 2020, onde atualiza as medidas previstas nos Decretos municipais nº 105/2020, 114/2020, 128/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por acordo, desde que atendida à conveniência dos serviços prestados;
- b) unilateralmente pela Contratante, independente de notificação ou aviso, por razões de interesse público relevante e justificado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O contratante publicará o resumo do contrato para que este produza seus efeitos legais, conforme o art. 89, § 6º da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 713 de 23 de dezembro de 2013, bem como o conteúdo do mesmo, previsto no Art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 13.979/2020 e site COVID-19.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro desta comarca, para dirimir as dúvidas ou questões resultantes deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim terem ajustado, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo.

Boquim(SE), 15 de janeiro de 2021.

ANALÍDIA
ANA LÍDIA NASCIMENTO DE BARROS
Secretária Municipal de Saúde

ERALDO DE ANDRADE SANTOS
ERALDO DE ANDRADE SANTOS
Prefeito Municipal

Jussara Santos Trindade
JUSSARA SANTOS TRINDADE
Contratado(a)

Testemunhas:

Adson Ferreira Silva
Mônica M^ª Campos Ramos